

CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA: EXPLORANDO AS RELAÇÕES ENTRE VALORES E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

*Ednaldo Aparecido Ribeiro**

RESUMO: O artigo apresenta e discute as teses centrais da teoria da cultura política, concentrando-se sobre suas proposições acerca das complexas relações existentes entre as orientações subjetivas individuais e as instituições políticas. Inicialmente são expostos os argumentos centrais da primeira tentativa de formulação sistemática do programa de pesquisas culturalista, produzida por Almond e Verba na obra *The Civic Culture*. Na seqüência são analisadas as principais críticas endereçadas a essa primeira geração de estudos, sobretudo, aquela que questiona a relação de causalidade entre cultura e estruturas políticas. Por fim, através da apresentação de teses propostas por estudos recentes, novos argumentos sobre essa questão controversa são apresentados com o objetivo de afirmar a complementaridade entre fatores subjetivos e institucionais na produção de explicações consistentes para os complexos processos de democratização contemporâneos.

PALAVRAS- CHAVE: cultura política, democracia, instituições políticas.

APRESENTAÇÃO

A complexidade dos fenômenos políticos e, particularmente, dos processos de democratização tem levado os estudiosos das ciências sociais a adotarem cada vez mais uma perspectiva multicausal em suas análises através da incorporação de diferentes fatores e condicionantes em suas explicações,

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná e Professor Assistente da Universidade Estadual de Maringá.

dentre os quais um conjunto de elementos culturais ou subjetivos tem emergido com significativo destaque.

É preciso lembrar, entretanto, que a preocupação com questões dessa ordem no campo da política não é algo recente. Antecedentes importantes desse interesse podem ser encontrados em autores clássicos como os filósofos Platão e Aristóteles. A título de exemplo, na célebre tipologia das formas de governo construída por esse primeiro pensador, podemos encontrar longa discussão sobre as características morais necessárias à estabilidade política na aristocracia, tirania ou democracia. Poderíamos nos alongar indefinidamente na listagem de antecedentes teóricos como esse, pois ao longo da história do pensamento político são vários os exemplos de autores interessados no tema.

Atualmente, com o avanço das técnicas de pesquisa social, novas luzes têm sido lançadas sobre esse tema e cada vez mais a relevância dos elementos ligados ao que se convencionou chamar de cultura política tem sido afirmada. Apesar disso, uma significativa polêmica sobre a primazia causal nos processos de democratização continua viva, opondo principalmente abordagens institucionalistas e culturalistas.

O presente artigo pretende apresentar um conjunto de reflexões acerca dessa última abordagem, concentrando-se especialmente sobre a problemática da causalidade, que acreditamos ser uma das mais relevantes no contexto dos estudos sobre democratização realizados atualmente. Como pretendemos afirmar ao longo do texto, não acreditamos que explicações parcimoniosas ou monocausais possam dar conta de um fenômeno tão multifacetado quanto a democracia, portanto, defendemos uma complementaridade entre as perspectivas mencionadas anteriormente.

Para defender essa posição optamos por dividir o artigo em três partes. Na primeira delas expomos os elementos centrais da obra de Almond e Verba, *The Civic Culture*, que estabeleceu as diretrizes principais da abordagem culturalista. Ainda que sua primeira publicação tenha ocorrido na década de 1960, impressionantemente esse livro continua sendo referência obrigatória para os estudos contemporâneos sobre o tema, merecendo portanto alguma atenção. Na segunda parte nos dedicamos à apresentação daquelas que consideramos serem as principais críticas endereçadas ao estudo original e à

primeira geração de pesquisas que o mesmo inspirou. Nesse momento nos interessam particularmente as críticas que questionam a capacidade explicativa do conjunto de variáveis que compõem a cultura política, penetrando assim na discussão sobre a polêmica da causalidade entre orientações subjetivas e instituições. Por fim, na terceira seção apresentamos uma pequena amostra de trabalhos da chamada retomada dos estudos da abordagem culturalista que ocorre a partir da década de 1980, enfatizando suas posições acerca da relevância dos valores para os processos de implantação e consolidação de formas democráticas de governo.

PRIMEIRAS FORMULAÇÕES

Como afirma Almond (1989) o emprego de noções e conceitos relacionados à cultura política tem uma história tão antiga quanto o interesse do homem acerca de assuntos políticos. Platão, Aristóteles, Maquiavel, Tocqueville, são alguns dos clássicos que empregaram em suas obras categorias próprias de uma abordagem culturalista dos fenômenos políticos (Almond & Verba, 1989; Almond, 1990; 1989). A formulação sistemática de uma teoria que tomasse como objeto de análise essa dimensão subjetiva, entretanto, ocorreu muito tempo depois. Mais especificamente, foi apenas na segunda metade do século XX que se constituiu um programa de pesquisas consistente sobre o que se convencionou chamar de cultura política.

Tal institucionalização ocorreu quando G. Almond e S. Verba, incorporando influências de várias áreas (antropologia, sociologia e psicologia), publicaram em 1963 o livro *The Civic Culture*, considerada a primeira tentativa de formulação sistemática e aplicação rigorosa do conceito de cultura política¹. Interessados em analisar as condições para a expansão da democracia na

¹ Autores como Formisano (2001) entendem que a gênese moderna dos estudos de cultura política ocorre com a publicação do artigo “Comparative Political Systems” (Almond, 1956). Ainda que neste trabalho existam importantes referências conceituais, entendemos que *The Civic Culture* deva ser identificado como o trabalho pioneiro, em especial, pela superioridade de sua sistematização teórica e pelo farto material empírico que apresenta.

segunda metade do século XX, os autores pretendem afirmar que o estabelecimento de instituições como o sufrágio universal e partidos políticos não são suficientes, ainda que sejam indispensáveis. Para além deste nível objetivo, seria necessária também a existência de uma cultura política congruente com esse arranjo institucional (Almond & Verba, 1989, p. 3).

Partindo do pressuposto de que os valores, sentimentos, crenças e conhecimentos são relevantes para explicar os padrões de comportamento político adotados pelos indivíduos, apresentam resultados de estudo que se estendeu por cinco países (Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha e México), cujo objetivo fundamental foi identificar o grau de congruência entre este conjunto de variáveis subjetivas e os respectivos sistemas políticos.

O termo cultura política se refere ao conjunto destes elementos subjetivos e é definido nesta obra como “[...] political orientations – attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system.” (Id., p. 12) Conseqüentemente, a cultura política de um país é entendida como a particular configuração de padrões de orientação em relação aos objetos políticos partilhada por seus membros. Esse padrão poderia explicar a motivação subjacente às ações praticadas pelos atores, neste caso específico, tendo como referência os objetos políticos (Id., p. 13).

As orientações, que devem ser entendidas como “[...] internalized aspects of objects and relationships [...]”, seriam divididas em três tipos básicos: cognitivas, afetivas e avaliativas. As primeiras seriam conhecimentos e crenças dos indivíduos sobre os objetos políticos. As orientações afetivas, por sua vez, se refeririam aos sentimentos de ligação e envolvimento partilhados pelos agentes em relação a tais objetos. Por fim, as orientações avaliativas envolveriam julgamentos e opiniões, que são a combinação dos dois tipos anteriores de orientações, pois para produzirem juízos sobre determinados objetos os indivíduos aliam conhecimentos e sentimentos (Id., p. 14).

Os objetos a que se referem essas orientações foram definidos de forma bastante ampla pelos autores, pois englobariam o sistema político em sua totalidade, com suas estruturas de incorporação (*inputs*) e satisfação (*outputs*) de demandas individuais e coletivas, bem como o próprio indivíduo em seus papéis e atribuições (Ibid.). Quanto a esse último objeto, alguns esclarecimentos adicionais devem ser prestados, pois levam ao desenvolvimento de um

importante conceito dentro da abordagem. Os pesquisadores afirmaram que os indivíduos que fazem parte de um sistema político, para atuarem ou absterem-se de participar, realizam uma auto-avaliação sobre seu desempenho enquanto ator relevante. Desta maneira, indivíduos que avaliam a si mesmos de maneira negativa, ou seja, que dispõem de uma baixa estima política, tendem a assumir uma posição apática no que diz respeito aos demais objetos políticos, não tomando parte ativamente dos acontecimentos. Por outro lado, aqueles que dispõem de uma alta estima seriam interessados e ativos politicamente.

A partir da identificação do conjunto dessas orientações e da forma como elas se integram, G. Almond e S. Verba estabeleceram uma classificação mínima dos tipos de culturas políticas que poderia servir de parâmetro para a interpretação de realidades nacionais ou de grupos políticos. Essa tipologia é apresentada de maneira interessante em uma tabela presente no estudo original, sendo assim, visando facilitar o seu entendimento optamos por transcrevê-la abaixo. (Tabela 1).

TABELA 1. TIPOS DE CULTURA POLÍTICA				
	Sistema como objeto geral	Estruturas de incorporação de demandas (Inputs)	Estruturas de satisfação de demandas (Outputs)	O próprio indivíduo como participante ativo
Paroquial	0	0	0	0
Sujeita	1	0	1	0
Participante	1	1	1	1
Fonte: Almond & Verba, 1989, p. 16.				

O primeiro tipo, paroquial, seria caracterizado pela ocorrência de orientações próximas de 0 em relação aos quatro grupos de objetos básicos. Uma população que se enquadrasse nesta categoria demonstraria pouco ou nenhum conhecimento sobre os objetos políticos, o que dificultaria a formação de sentimentos e julgamentos em relação aos mesmos. Apesar de

raro, este tipo seria encontrado, de acordo com os autores, em regiões isoladas de nações ainda em processo de desenvolvimento, onde a especialização política é mínima e a interface entre religião e estruturas de poder é intensa (Almond & Verba, 1989, p. 17).

A cultura sujeita se verificaria quando os indivíduos, apesar de terem uma consciência relativamente elaborada sobre os mecanismos de satisfação de demandas do sistema (*outputs*), não têm o mesmo conhecimento e interesse quanto aos instrumentos de encaminhamento de demandas (*inputs*). Desta forma, estão relativamente impedidos de desempenharem um papel ativo na determinação das ações públicas, caracterizando então uma situação de sujeição ao poder instituído que é entendido como soberano ou absoluto (Ibid.). Além disso, como podemos identificar na última coluna da tabela, essa cultura política apresenta baixos níveis de eficácia política subjetiva, o que conduz à passividade.

Finalmente, teríamos a cultura política participante, compartilhada por indivíduos dotados de conhecimentos, orientações afetivas e avaliativas em relação ao sistema como um todo. Seus sentimentos e avaliações podem ser positivos ou negativos, mas em ambos os casos os indivíduos que partilham destas condições subjetivas tendem a adotar uma postura ativa em relação aos objetos mencionados, pois possuem considerável eficácia política subjetiva (Id., p. 18).

Como o objetivo de Almond e Verba era identificar o grau de congruência existente entre essas diferentes configurações de orientações e os sistemas políticos democráticos, definiram a cultura política mais favorável como o resultado da junção entre elementos dos três tipos ideais descritos anteriormente. Seguindo os passos de clássicos como Aristóteles e também de vários teóricos contemporâneos, identificaram como principais componentes desta *cultura cívica* a moderação e a tolerância (Diamond, 1994, p. 10).

O desenvolvimento desse componente central passaria necessariamente por uma redução das disparidades sociais e por uma participação moderada dos cidadãos na política, o que não implicaria em passividade diante dos governantes. O comportamento ideal combinaria um ativismo racional, com uma boa dose de confiança no sistema e naqueles que o conduzem (Almond & Verba, 1989, p. 29-30). Não se trata de atribuir poderes infinitos aos governantes, pois esses cidadãos apesar de não participarem a todo

o momento têm pleno conhecimento dos mecanismos institucionais e, sobretudo, gozam de uma eficácia política subjetiva elevada e exercem um alto poder de fiscalização sobre as ações oficiais, inibindo possíveis desmandos.

Essa forma mista se construiria através de um processo de alterações e permanências nas bases subjetivas do comportamento político dos agentes, como os próprios autores destacam:

The maintenance of these more traditional attitudes and their fusion with the participant orientations lead to a balanced political culture in which political activity, involvement, and rationality exist but are balanced by passivity, traditionality, and commitment to parochial values ... (Almond & Verba, 1989, p. 30).

Para finalizar essa apresentação sumária dos contornos gerais deste trabalho pioneiro, seria interessante apresentarmos uma síntese dos resultados encontrados pelos autores em relação aos cinco países envolvidos na pesquisa. Essa missão é facilitada pelos próprios pesquisadores, uma vez que após apresentarem e discutirem dados referentes a cada um dos tipos de orientações e objetos, no penúltimo capítulo do livro constroem uma síntese da cultura política da população dessas nações.

Os italianos teriam apresentado elementos de alienação política, desconfiança e isolamento social, o que levou à definição de sua cultura política como *alienada*. Para explicar essa situação os autores recorrem à história política italiana, marcada pela fragmentação e tirania, condições desfavoráveis ao surgimento de orientações cívicas. Em razão dessa experiência, seus cidadãos “[...] tend to look upon government and politics as unpredictable and threatening forces, and not as social institutions amenable to their influence” (Almond & Verba, 1989, p. 308).

A alienação também foi apontada como uma marca da cultura política mexicana. Neste caso, entretanto, estaria associada a significativo grau de eficácia política subjetiva. Diante desse quadro, os autores identificaram uma aspiração desta nação à cultura política cívica, que poderia ser alcançada no futuro, uma vez que a experiência democrática neste país era comparativamente recente

quando da realização da pesquisa. Com isso, afirmaram que a persistência do sentimento de competência subjetiva em sua população poderia reverter a situação de alienação com o prolongamento da experiência democrática (*Ibidem*, p. 312).

No caso da Alemanha, dois elementos foram apontados como fatores explicativos de sua cultura política: o desenvolvimento econômico e industrial na segunda metade do século XX e a trágica história política no período anterior, marcada pelo nazismo e pela divisão no pós-guerra. Primeiramente, em decorrência do desenvolvimento de seus meios de comunicação e do sistema educacional, os alemães seriam bem informados sobre política e votariam com frequência. Além disto, foram encontrados índices significativos de confiança e satisfação em relação às esferas administrativas do governo.

Entretanto, a participação política menos formal, através de discussões e formação de grupos políticos, seria bastante fraca, o que refletiria sua recente e trágica história política. Os alemães, muitas vezes seriam membros de associações, porém pouco ativos nas suas ações. De acordo com os autores, muitos chegaram a afirmar que o voto é tudo que deve se esperar de um cidadão. Este tipo de comportamento levou à caracterização de uma cultura política de tipo *sujeita*, que não enfatiza as orientações em direção às estruturas de entrada do sistema.

Nos Estados Unidos da América, os dados apresentados pelos autores apontariam para o que apresentamos anteriormente como cultura política cívica. Almond e Verba afirmaram que, na maioria da população investigada neste país, foi encontrado envolvimento com os assuntos políticos associado à eficácia política subjetiva bastante desenvolvida. Além disso, “[...] they tend to be affectively involvement during political campaigns, and they have a high degree of pride in the political system [...]” o que seria extremamente positivo para a estabilidade do regime democrático (*Ibid.*, p. 313).

Como já tratamos anteriormente, esta cultura cívica não é composta apenas por ativismo e engajamento. Trata-se de uma forma mista entre os três tipos básicos definidos pelos autores, ou seja, a paroquial, sujeita e participante. Isto significa que, juntamente com este desenvolvido senso de competência, existe também a confiança e o respeito em relação à classe política e, sobretudo, às instituições que compõem o sistema.

Tal combinação apareceria também entre a população inglesa. Neste último país envolvido na pesquisa os investigadores encontraram resultados muito parecidos com aqueles verificados na América do Norte. Identificaram, entretanto, um acentuado comportamento de deferência para com as autoridades governamentais. Neste caso, teríamos então uma predominância da cultura de tipo sujeita sobre a participante e paroquial.

Essa caracterização da obra pioneira da abordagem culturalista não tem a pretensão de esgotar os seus argumentos, mas apenas chamar a atenção para essa tentativa de conectar elementos estruturais e culturais envolvidos nos fenômenos políticos complexos da contemporaneidade. *The Civic Culture*, ao incorporar na análise política moderna elementos que não se referiam ao chamado “núcleo duro” da política, assume o importante papel de *connecting link* entre o nível das atitudes e motivações subjetivas individuais e o sistema político em suas diferentes partes, tendo como principal preocupação a identificação de congruências ou incongruências entre estas duas esferas.

CRÍTICAS E QUESTIONAMENTOS

Os contornos fundamentais dessa pesquisa inspiraram diversos trabalhos nos anos posteriores, entretanto, várias também foram as críticas formuladas, algumas delas bastante pertinentes e merecedoras de destaque. Sem pretender esgotar o debate desencadeado, apresentaremos a seguir algumas dessas críticas.

A primeira diz respeito à imprecisão em torno do termo cultura política. Como reconhece um dos seus mais importantes defensores, apesar de inicialmente ter se apresentado como um instrumento interessante de análise, esse termo passou rapidamente a ser usado indiscriminadamente e com sentidos bastante vagos, o que poderia ser explicado pela imprecisão com a qual foi definido pelos autores pioneiros (Pye, 1972).

Almond, também reconhecendo a validade da crítica, relaciona tal imprecisão ao caráter pré-teórico da formulação inicial. Ao invés de estabelecer um corpo teórico consistente, o objetivo neste primeiro momento seria afirmar a importância dos sentimentos, crenças e orientações para o entendimento dos

fenômenos políticos, o que teria sido satisfatoriamente alcançado (Almond, 1989, p. 26). A fragilidade teórica e conceitual teria sido, de acordo com o autor, gradualmente superada por sucessivos refinamentos propostos nos anos posteriores.

De fato, os estudos que se seguiram a *The Civic Culture* se dedicaram à revisão deste conceito e à identificação das variáveis que deveriam fazer parte deste conjunto de orientações subjetivas. Dentre vários outros, um exemplo interessante deste esforço é *Political Culture and Political Development* (1989), de Pye e Verba, considerado por Lane (1992)² obra fundadora de uma segunda tradição nos estudos sobre cultura política.

Uma segunda crítica, igualmente relevante, denuncia a postura etnocêntrica implícita nas conclusões do trabalho de Almond e Verba, decorrência da adoção de um determinado ponto de vista teórico. Partindo de um conceito de política restrito às instituições formais de caráter representativo, os autores em questão teriam restringido o seu campo de visão aos limites das representações culturais compatíveis com essa forma hegemônica. As conclusões da pesquisa acerca do caráter da cultura política de cada uma das nações envolvidas seriam o reflexo desta opção conceitual, colocando EUA e Inglaterra em uma posição bem mais favorável que as demais (Rennó, 1998, p. 76).

Tais conclusões indicariam que toda e qualquer manifestação de valores contrários às regras do jogo político liberal hegemônico no ocidente teriam sido interpretadas como incongruentes com a democracia em sua totalidade.

Como Pateman escreve em sua *philosophic critique*, a teoria empírica da democracia apresentada em *The Civic Culture*, ao seguir o caminho da corrente contemporânea fundada por Joseph Schumpeter, termina por se tornar essencialmente ideológica, celebrando o *status quo* existente nas sociedades de capitalismo desenvolvido (Pateman, 1989, p. 39). Essa adesão normativa à

² Para Lane (1992), parte importante dos estudos sobre cultura política erra ao não distinguir as duas tradições estabelecidas por *The Civic Culture* e *Political Culture and Political Development*. Para a autora a maior parte das críticas endereçadas à primeira não atingem a segunda, que seria mais refinada e cuidadosa no tratamento das subculturas e de outros temas igualmente relevantes.

concepção instrumental fica bastante clara, ainda segundo Pateman (1989) e também em Wiatr (1989), pela ausência de considerações às classes sociais na obra. As desigualdades reais existentes nas democracias ocidentais são desconsideradas e no seu lugar aparece apenas a igualdade formal da cidadania moderna.

A adoção da democracia liberal anglo-saxônica como modelo ideal é realmente explícita na obra em questão e as implicações ideológicas, teóricas e metodológicas deste procedimento são significativas. Esse viés só pôde ser superado quando os estudos sobre cultura política passaram a se orientar pela tentativa de interpretar as culturas políticas de cada nação em suas particularidades, buscando entender suas origens e relações com a estrutura política, sem a pretensão de classificar essas configurações como paroquiais, sujeitas, participativas ou qualquer outra categoria arbitrária.

Nenhuma dessas críticas, entretanto, rendeu tanta discussão quanto a que questionou a propriedade causal e a capacidade explicativa das variáveis reunidas no termo cultura política. Esses questionamentos atingiram o centro da argumentação presente em *The Civic Culture* e, como demonstraremos na seção em que serão discutidas as obras principais do renascimento dos estudos culturalistas, continuam a alimentar intensos debates acerca dos determinantes e condicionantes do sucesso democrático.

Brian Barry (1988) se destaca como um dos principais representantes desta perspectiva crítica. Para esse autor, apesar de Almond e Verba terem sido cautelosos o suficiente para evitarem o emprego de termos que explicitassem uma relação de causalidade direta entre valores e democracia, sua obra só se sustenta em sua essência através da suposição de que as variáveis que compõem a cultura política afetam os regimes democráticos. Entretanto, afirma que a natureza e extensão desse efeito não teriam sido tratadas de forma adequada, abrindo espaço para as seguintes interpretações: “some level of ‘civic culture’ could be held to be a necessary condition for the possession of a certain degree of ‘democracy’, or a sufficient condition, or a necessary and sufficient condition.” (Barry, 1988, p. 50)

Para estabelecer de maneira segura a relação entre essas duas ordens de variáveis, Barry argumenta que teria sido necessário que os autores tivessem estabelecido critérios para definição de níveis significativos de cultura cívica e

democracia ou ao menos uma escala para a disposição das nações pesquisadas, o que não foi realizado.

Em razão desta fragilidade, propõe uma inversão da relação causal, ou seja, ao invés da cultura política causar a estabilidade democrática, seria mais plausível entender que as experiências sob instituições democráticas gerariam nos indivíduos os valores, crenças e atitudes congruentes com sua consolidação (Ibid.). Pateman (1971), partilhando desta perspectiva, afirma que as experiências de socialização política proporcionadas pelas instituições de caráter democrático é que seriam responsáveis pela internalização de valores compatíveis com essa forma de governo.

Sobre esses questionamentos contundentes são interessantes os argumentos desenvolvidos por A. Lijphart (1989). Esse defensor da abordagem culturalista aponta que, embora a estabilidade democrática apareça explicitamente identificada como variável dependente em *The Civic Culture*, o mesmo não ocorre com as supostas variáveis independentes, o que tem gerado interpretações equivocadas sobre o tema da causalidade. Ao invés de um modelo bidimensional, como Barry e Pateman identificaram e a partir do qual desenvolveram suas críticas, Lijphart encontra na pesquisa de Almond e Verba uma estrutura tridimensional, composto por variáveis independentes, intervenientes e dependentes. As variáveis reunidas na rubrica *cultura política* ocupariam a posição intermediária entre a estrutura política e social, que seriam, respectivamente, as variáveis dependentes e independentes (Lijphart, 1989, p. 38). Isso teria sido explicitado já na primeira frase do primeiro capítulo do livro, na qual se lê: “this is a study of the political culture of democracy and the social structures and process that sustain it.” (Almond & Verba, 1989, p. 1).

Em sua análise, os autores pioneiros teriam investigado a cultura política e os processos sociais que a mantém a partir das orientações subjetivas de natureza política e não-política dos respondentes, chegando à conclusão de que existe uma forte associação entre essas duas ordens de orientações, ou seja, entre as orientações políticas e as relações sociais ou interpessoais. Essa associação teria levado os autores a fundirem as variáveis independentes e intervenientes em um único corpo denominado *cultura política*.

Lijphart, entretanto, chama nossa atenção para o fato de que esse status de variável independente de que goza a cultura política não pode conduzir à

conclusão de que a mesma seria causa da estrutura política. A separação das variáveis em dependentes e independentes seria puramente analítica e não excluiriam a influência mútua entre cultura e estrutura (Id., p. 47).

Nesta mesma direção, Almond (1989) afirma categoricamente que as orientações políticas subjetivas sempre foram tratadas, tanto no estudo inicial, quanto nos seus trabalhos posteriores, como variáveis que sofrem interferências de elementos externos, sendo tratadas ao mesmo tempo como dependentes e independentes, influenciando e sendo influenciadas pela estrutura política.

Acreditamos que a raiz desta polêmica possa ser encontrada no entendimento sobre quais as esferas onde o processo de socialização se daria. Se, por um lado, entendermos os processos que têm curso no período infantil como os únicos responsáveis pela transmissão dos valores, crenças e conhecimentos que irão estruturar as orientações e as atitudes dos atores para com os objetos políticos, estaremos propensos a encarar a cultura política como variável determinante na configuração das estruturas políticas. Entretanto, se por outro lado, também forem levados em conta os processos de socialização política da fase adulta, esta determinação deixa de ser automática e o unilateralismo deixa de fazer sentido.

Almond (1989) cita estudos realizados em países comunistas para apontar a complexidade desta relação. Os ideólogos destes regimes, de uma maneira geral, acreditavam muito na maleabilidade da cultura política da população, que poderia ser moldada através de ações empreendidas através de instituições oficiais como a escola, o partido e os meios de comunicação. Entretanto, a despeito de inúmeros esforços voltados para a formação de uma cultura comunista, isto de uma maneira geral não ocorreu. Valores, crenças e orientações existentes nos períodos pré-revolucionários demonstraram ter um alto poder de persistência, o que implicou em uma instabilidade crescente dos regimes que tiveram que sustentar seu poder através de ações coercitivas.

Contrastando com estas descobertas, todavia, estudos apontaram uma alteração significativa no padrão de cultura política dos ingleses, entre as décadas de 60 e 80, devido a uma performance governamental pouco convincente, o que se refletiu em tensões sociais e crescimento de uma insatisfação para com as autoridades (Kavanagh, 1989).

Tais evidências nos colocam diante da seguinte ambigüidade:

... if these recent studies of political culture in Europe and the United States suggest that it can change relatively quickly in response to changed circumstances and experience, studies of political attitudes in communist countries suggest the persistence of certain aspects of political culture in the face of very powerful transformative efforts. (Almond, 1990, p. 148).

Uma solução provisória para esse debate talvez seja a consideração de que a validade explicativa da cultura política não pode ser tomada como um dado *a priori*, o que ressalta então a necessidade de estudos empíricos para testá-la como categoria explicativa em cada situação em particular (Almond, 1989, p. 30). Assim como seria absurdo tratar esse conjunto de variáveis como causa não-causada (nos termos tomistas), seria igualmente sem propósito desconsiderar totalmente o seu impacto sobre as instituições democráticas, sobre sua estabilidade e consolidação. Neste sentido, nos parece muito mais justificável a perspectiva que enxerga uma mútua influência entre esses fatores culturais e institucionais.

NOVAS PERSPECTIVAS

Em decorrência dessas críticas e também em virtude da popularização de modelos racionalistas baseados em variáveis econômicas e no pressuposto da racionalidade dos atores sociais nas análises políticas (Downs, 1999; Becker, 1976; Olson, 1999; Coleman, 1990), o conjunto dos fatores culturais perdeu muito de seu prestígio e os estudos de cultura política passaram por um período de relativo esquecimento.

Essa situação começou a se alterar nos anos 80, quando alguns autores, a partir de pesquisas empíricas de longo alcance geográfico ou histórico, recuperaram algumas das teses principais desta abordagem evitando os equívocos dos estudos iniciais. O número de livros e artigos publicados em importantes revistas de circulação internacional neste período de retomada é impressionante, de modo

que qualquer tentativa de exposição exaustiva seria incompleta ou superficial. Diante desta profícua produção, ao invés de listarmos nomes e títulos, optamos pela exposição dos argumentos centrais de um número limitado de trabalhos exemplares que se destacam dos demais pelo fato de atacarem de maneira relativamente direta o problema da causalidade.

Como a exposição dos seus elementos centrais indicará, essas obras se distinguem em muitos aspectos entre si e também em relação à tradição estabelecida pela obra seminal de Almond e Verba. Apesar disso, todas retomam, cada uma a sua maneira, o tema da capacidade explicativa das variáveis culturais a partir de novas e poderosas evidências empíricas.

Começamos por *Comunidade e Democracia*, de Robert Putnam, que tem como objeto a experiência dos chamados governos regionais implantados na década de 70 na Itália. O objetivo fundamental desta obra era averiguar o porquê destas organizações, estruturadas de forma semelhantes e dispendo dos mesmos recursos materiais, terem apresentado desde a sua fundação desempenhos diferentes entre as diversas regiões italianas, em especial quando a comparação é feita entre as províncias do norte e do sul do país.

Putnam (1996) inicia o livro discutindo as implicações desta alteração institucional de significativa importância para o modelo de administração pública italiano, marcado até então pelo centralismo burocrático. Focaliza inicialmente sua atenção sobre as consequências desta inovação sobre o comportamento político dos moradores das diferentes regiões e conclui, a partir de dados coletados pela sua equipe de pesquisa, que ocorreu uma alteração nos padrões de comportamento político das lideranças, em especial daquelas que ocupavam os cargos de conselheiros regionais.

O primeiro sinal dessa alteração foi o surgimento de uma tendência à adoção de uma postura pragmática na condução dos assuntos políticos, em substituição à orientação ideológica, o que pôde ser constatado pelo posicionamento dos membros de diversos partidos em relação a questões historicamente controversas, como a negatividade ou positividade do sistema capitalista, o poder dos sindicatos e a instituição do divórcio. Em síntese, teria ocorrido no período que vai de 1970, data de fundação dos conselhos regionais, a 1989, um contínuo deslocamento dos valores e atitudes das lideranças para um posicionamento moderado.

Essas alterações substanciais na cultura política dos líderes italianos foram decorrentes de um processo de socialização política que ocorreu dentro das novas instituições, ou seja, os conselhos regionais. No decorrer das duas décadas em que se desenvolveu a pesquisa, foi possível verificar que “[...] os anos dedicados à laboriosa tarefa de construir juntos uma nova organização ensinaram aos conselheiros regionais as virtudes da paciência, do senso prático e da temperança. Tal como esperavam os seus defensores, a reforma regional criou ‘um novo modo de fazer política’.” (Ibid., p. 53)

Apesar da parte inicial da obra explicitamente adotar um modelo causal em que os valores e atitudes políticas são efeitos de mudanças institucionais, todo o restante do livro é marcado pela inversão deste posicionamento e trata de reafirmar a autonomia e capacidade explicativa das variáveis culturais. Comparando indicadores de desempenho institucional das diferentes administrações regionais, o pesquisador encontrou entre as províncias do norte possuíam altos níveis de eficácia administrativa e aceitação popular, enquanto o inverso ocorria no sul.

A primeira hipótese levantada para explicar essas diferenças associava o desempenho institucional aos níveis de modernização de cada região. As análises, entretanto, demonstraram que, apesar de ser considerada uma variável importante, a modernização foi incapaz de explicar a totalidade das diferenças. Tal fragilidade se evidenciou quando os dados coletados demonstraram que os governos localizados em regiões com desenvolvimento econômico semelhantes apresentavam desempenhos bastante diferentes.

A hipótese alternativa enfatizava a relevância de variáveis subjetivas. Através do cruzamento de medidas como número de associações existentes, número de leitores de jornais, de votantes em plebiscitos e da adesão dos eleitores ao voto preferencial, Putnam identificou que as regiões que se aproximavam de um ideal de comunidade cívica apresentavam os melhores índices de eficiência administrativa.

Uma comunidade mais cívica se diferenciaria de outra menos cívica em virtude de um conjunto de características que podem ser sumariamente resumidas em uma palavra: confiança. A vida em uma comunidade marcada pelo civismo se encontra facilitada, pois os dilemas que envolvem a ação coletiva são minimizados pela crença de que o “outro”, com quem se trava

relações, irá respeitar as regras pré-estabelecidas. Ainda que, em uma comunidade não cívica, esta confiança também se estabeleça, via coerção do Estado (em um modelo próximo ao hobbesiano) no caso da comunidade cívica os recursos são poupados e associações são criadas com menos esforço, em virtude da existência de uma rede de confiança.

A participação dos cidadãos nos negócios públicos também é apontada como importante característica de uma comunidade deste tipo, o que sinalizaria um interesse pelos assuntos da coletividade em detrimento dos interesses privados. A comunidade cívica seria também aquela onde as relações hierarquizadas de mando e obediência teriam pouca aceitação. Nestas sociedades imperaria a horizontalidade das relações sociais e políticas, sendo a igualdade de direitos e deveres, a confiança, a solidariedade e a tolerância, valores muito difundidos. Tal configuração cultural serviria de freio ao oportunismo individual e impulsionariam a formação de uma teia de associações de mútua ajuda.

Nas províncias do norte, Putnam verificou uma maior incidência destas características e, tentando identificar as origens de tais tendências, recorreu à análise histórica que o conduziu à conclusão de que este padrão cultural é fruto de um conjunto de experiências de ações coletivas de longa duração. Tais experiências acabaram por construir um capital social que funciona como reservatório de padrões de comportamentos, favorecendo a confiança mútua entre os atores e minimizando os dilemas que envolvem as ações coletivas. Quanto maior é este capital social, maiores são as possibilidades de cooperação mútua, de confiança generalizada e, em consequência, maiores são as chances das instituições democráticas se tornarem eficientes.

Comunidade e Democracia, que já ocupa o lugar de clássico nos estudos sobre democratização, distingue-se das obras pioneiras sobre cultura política em muitos pontos teóricos e metodológicos. Mas, apesar disso, é inegável que a preocupação com as variáveis culturais torna possível a sua inserção no que podemos chamar de uma retomada dos estudos culturalistas na ciência política contemporânea.

Mais próximo da tradição estabelecida por Almond e Verba está o trabalho de R. Inglehart, *The Renaissance of Political Culture*, publicado na *American*

Political Science Review no final da década de 80. O mérito deste trabalho está em sua tentativa de afirmar a capacidade explicativa das variáveis envolvidas no termo cultura política em uma perspectiva mundial através da utilização de farto material empírico obtido por *surveys* realizados durante quinze anos, o que possibilita um primeiro teste longitudinal das teses culturalistas.

Logo no início o pesquisador destaca que os modelos baseados na teoria da escolha racional, que se tornaram dominantes deste a década de 60, em virtude de desprezarem os fatores culturais podem fornecer apenas explicações parciais para importantes fenômenos políticos contemporâneos (Inglehart, 1988, p. 1201).

Os argumentos que apresenta ao longo do texto pretendem sustentar as seguintes afirmações: 1) diferentes sociedades se situam em graus diferenciados de uma determinada síndrome de valores e atitudes políticas; 2) essas diferenças culturais são relativamente persistentes, porém não imutáveis; 3) tais diferenças produzem importantes conseqüências políticas, sendo intimamente ligadas à viabilidade de instituições democráticas (Ibid.).

Para testá-las, a primeira variável abordada pelo autor é a satisfação com a vida, considerada como a mais básica e central atitude que os indivíduos podem manifestar. Entre as nações européias sondadas pelo projeto Euro-Barômetro de 1973 até o final da década de 80, é clara a existência de significativas diferenças que se sustentam ao longo do período, que não poderiam ser explicadas simplesmente pelas condições econômicas objetivas. Os dados apontam para a manutenção de baixos níveis de satisfação entre os italianos, com o percentual de “muito satisfeitos” oscilando entre 5 e 15 pontos percentuais. Situação ligeiramente parecida também é sustentada pelos franceses, que atingem um pico de 17% no grau máximo de satisfação (Id., p. 1206). Em situação oposta, os dinamarqueses ocupam o todo da escala, pois ao longo do período coberto pelas sondagens o menor percentual verificado foi de 47 pontos, em meados da década de 70, alcançando o máximo de 65%, no final da década seguinte.

Mas, confirmando o caráter mutável dessas configurações culturais, o autor verifica algumas alterações importantes em relação a essa atitude. A Bélgica aparece como relevante exceção neste quadro de permanências, pois o percentual de “muito satisfeitos” que na década de 70 atingia quase 45

pontos, caiu acentuadamente para 21 pontos no final da década seguinte, o que contribui para a conclusão de que “[...] the cultural differences are reasonably stable but not eternal.”(Id., p. 1207)

O autor reconhece que no período em que as sondagens foram realizadas estava em curso umas das piores crises econômicas do século, perdendo apenas para a de 1930. Neste sentido, afirma que existe uma estreita relação entre as flutuações de curto prazo nos índices de satisfação e as experiências econômicas de cada sociedade. Mas isso não o impede de destacar que, apesar deste impacto, as posições relativas de cada uma delas continuam estáveis. A título de exemplo, os irlandeses continuaram a manifestar níveis de satisfação mais elevados que os alemães, apesar de terem experimentado neste período indicadores econômicos significativamente mais negativos (p. 1207).

Essas diferenças, dotadas de uma espécie de natureza inercial, poderiam ser explicadas pelas distintas experiências históricas por que passaram os habitantes dessas nações. Expectativas frustradas durante longos períodos teriam como efeito o estabelecimento de atitudes de pouca ou nenhuma satisfação que tendem a ser transmitidas de geração em geração através de processos de socialização. Internalizadas nos períodos de maior suscetibilidade dos indivíduos, esse padrão de atitudes tenderia a resistir significativamente ao impacto de variáveis de curto prazo (p. 1207). Experiências históricas positivas de satisfação das demandas que garantem segurança econômica, por sua vez, tenderiam a gerar níveis de satisfação elevados. Neste sentido, além de produzir flutuações no curto prazo, as condições econômicas seriam também importantes no longo prazo e explicariam as diferenças relativas entre as nações.

Diante da falta de séries históricas suficientemente longas para comprovar essa associação Inglehart nos apresenta o cruzamento entre o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de diferentes países e a média de satisfação com a vida manifesta pelos seus habitantes. A correlação encontrada foi de 0,67, o que indica uma ligação entre prosperidade econômica e essa medida de satisfação. Ainda que o desenvolvimento econômico seja apenas uma variável em um complexo que envolve múltiplos fatores historicamente constituídos, os dados apresentados pelo autor sustentam a afirmação de que “[...] wealthier nations tend to show higher levels of life satisfaction than poorer ones. (Inglehart, 1988, p. 1209)

Tratando das conseqüências políticas dessa primeira variável, Inglehart afirma que a satisfação com a vida está fortemente associada com a estabilidade democrática³, pois a correlação encontrada entre ambas alcança a impressionante marca de 0,85. Nem mesmo uma variável mais diretamente ligada ao ambiente político, como a satisfação política, demonstrava estar tão fortemente associada à estabilidade (0,21). A explicação para isso estaria, segundo Inglehart, na própria natureza desta segunda medida, pois o nível de satisfação dos cidadãos em relação ao sistema político está muito mais sujeito a flutuações de curto prazo em decorrência de condições econômicas conjunturais e eventos políticos específicos. Justamente por essa sua natureza mais dinâmica é que seu impacto sobre a manutenção de instituições democráticas é comparativamente reduzido. Desta forma, apesar de ser um bom indicador de apoio a um governo específico, a satisfação política não pode ser considerada como fator fundamental para a estabilidade democrática (Id., p. 1209).

A segunda variável explorada no artigo é a confiança interpessoal, medida clássica nos estudos sobre cultura política e recorrentemente associada com a viabilidade de instituições democráticas. Assim como no caso da satisfação com a vida, o autor afirma que existem diferenciais persistentes entre as nações. A partir de sondagens realizadas ao longo de 10 anos, demonstra que os níveis de confiança manifestos pelas populações de cada um dos países europeus se mantiveram estáveis em termos relativos.

Corroborando as afirmações de Banfield (1958), Inglehart verifica baixos níveis entre os italianos; logo acima se localizam os gregos e na seqüência os franceses. Os demais países estão agrupados e ocupam o espaço entre 85% e 95% de confiança. Apesar de estáveis, esses níveis de confiança interpessoal, por serem também resultado das experiências históricas por que passam os indivíduos de cada uma dessas nações, estão também sujeitos a alterações. O caso italiano novamente aparece como destaque neste tema, pois se comparados com os dados coletados em 1959 por Almond e Verba (1989), o nível de confiança mais que triplicou no período de duas décadas.

³ A estabilidade democrática é medida a partir do número de anos de persistência de instituições democráticas em cada país.

Entre os alemães a variação foi pequena, mas suficiente para ultrapassar os ingleses que, juntamente com a população dos EUA, estariam experimentando um declínio nos níveis de confiança no período analisado no artigo (Id., p. 1213).

De maneira semelhante à satisfação com a vida, altos níveis de confiança interpessoal caminham lado a lado com níveis elevados de desenvolvimento econômico. Inglehart alerta para o fato de que no momento em que escreve não existiam evidências que possibilitassem a afirmação da direção causal deste relacionamento. Não seria possível, portanto, afirmar que a confiança interpessoal conduz ao desenvolvimento econômico ou que esse desenvolvimento libertaria os indivíduos de obstáculos materiais à confiança nos seus pares.

O caso alemão parece corroborar essa segunda afirmação, uma vez que a elevação na confiança interpessoal ocorreu após um período de intenso renascimento econômico. Mas essa hipótese, ainda que tentadora pela sua simplicidade, não se sustenta quando são analisados os dados referentes aos ingleses e norte-americanos que passaram a manifestar menor confiança apesar de terem experimentado condições econômicas relativamente positivas.

Uma terceira variável utilizada pelo autor é derivada da posição dos indivíduos em relação à possibilidade de mudança revolucionária nas sociedades em que vivem. O percentual de cidadãos que tendem a aprovar mudanças revolucionárias tende a se elevar em nações com baixo desenvolvimento econômico e baixos níveis de satisfação com a vida. Na direção inversa, nações desenvolvidas economicamente e cujas populações declaram graus elevados de satisfação tendem a apresentar um percentual reduzido de indivíduos “revolucionários”. Como seria de se esperar, a correlação entre esse apoio à opção revolucionária está associada negativamente ao número de anos sucessivos de funcionamento de instituições democráticas em cada nação (0,73).

Adentrando explicitamente na intensa discussão sobre a relação causal entre variáveis culturais e estruturais, Inglehart afirma que satisfação com a vida, satisfação política, confiança interpessoal e apoio à ordem social existente constituem “a syndrome of positive attitudes toward the world one live in. And this syndrome goes with enduring democratic institutions.” (Id., p. 1215) Ainda que a afirmação de que tais variáveis culturais causam a democratização

seja impossível em razão da falta de dados longitudinais suficientemente robustos, Inglehart pretende defender a hipótese de que nações com altos níveis em cada uma dessas variáveis são mais propensas a adotarem e manterem instituições democráticas.

Para alcançar esse objetivo o primeiro teste que nos apresenta é aquele que verifica a associação entre níveis de satisfação com a vida e os anos consecutivos de vigência de instituições democráticas envolvendo 24 países. Os resultados não deixam dúvida, pois com correlação de 0,85, demonstram que os países que possuem médias de satisfação elevadas são aqueles que a mais tempo mantêm democracias estáveis. Merece destaque o agrupamento composto por Bélgica, Inglaterra, USA, Luxemburgo, Canadá, Irlanda, Dinamarca, Suíça e outros países escandinavos que são democracias desde o início do século XX e apresentam médias de satisfação entre 7,25 e 8,0, em uma escala de 0 a 10.

Neste sentido, Inglehart afirma que as variáveis listadas acima compõem um *cluster* intimamente associado à longevidade de instituições democráticas entre os países analisados. Mais que isso, poderiam ser vistos como elementos estabelecidos ao longo de processos históricos longos, o que poderia explicar a persistência dos diferenciais entre as nações, a despeito das variações constantes em medidas de satisfação com o desempenho governamental. As atitudes que compõem essa síndrome seriam traços culturais mais profundos, portanto, com maior poder de permanência.

Como já verificamos anteriormente, de acordo com os argumentos e dados apresentados no artigo essa síndrome também estaria associada ao nível de desenvolvimento econômico das nações, de modo que sociedades com maior desenvolvimento tenderiam a manifestar níveis mais elevados de satisfação com a vida, confiança interpessoal e atitude de defesa da ordem social vigente.

Apesar de destacar enfaticamente que a identificação da capacidade explicativa autônoma destes elementos culturais era impossível no momento em que escrevia, devido à inexistência de séries históricas de sondagens, argumenta que as associações já identificadas não podem ser desprezadas e, no mínimo, devem inspirar análises históricas sobre o tema e a continuidade

na coleta de dados de survey para que seja possível no futuro próximo o estabelecimento de confirmações ou refutações acerca desta questão polêmica.

Ciente das limitações que os dados então disponíveis impunham, o autor sintetiza sua tese fundamental em uma figura que reproduzimos abaixo com o objetivo de identificar a potencialidade de seus argumentos. A Figura 1 apresenta resultados de uma análise efetuada por meio do *software* Lisrel tomando como variável dependente o número de anos consecutivos de funcionamento de instituições democráticas, desde 1900, em cada um dos 24 países analisados.

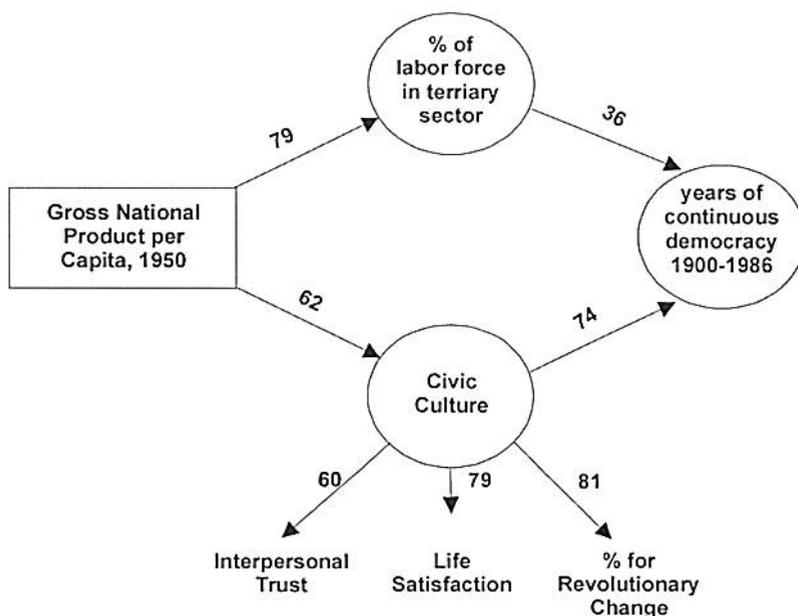


FIGURA 1. REQUISITOS ECONÔMICOS E CULTURAIS DE DEMOCRACIAS ESTÁVEIS.

Fonte: Inglehart, 1988, p. 1218.

Notas: Análise LISREL efetuada pelo autor com dados referentes a 24 países coletados pelo World Values Survey e Euro-Barometer Survey. *Goodness of fit* ajustado = 0,88.

A análise em questão aponta que o desenvolvimento econômico, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, não conduz diretamente e autonomamente à estabilidade democrática. Duas variáveis intervenientes se imporiam nesta relação, uma referente à composição das sociedades e outra que nos remete à cultura política das populações. Inglehart cita os casos extremos de países do Oriente Médio que, apesar de possuírem PIB elevados, não são exemplos de estabilidade democrática, o que poderia ser explicado pela inexistência de valores e atitudes compatíveis com essa forma de governo (Id. p, 1219).

A cultura política, desta forma, representa uma importante variável de ligação entre o desenvolvimento econômico e a estabilidade democrática. A ligação direta entre essas duas variáveis fundamentais nem sequer alcançou relevância estatística ($r=0,08$), o que explica a sua ausência na figura. Quando a associação é intermediada pela dimensão da cultura política, composta pelas medidas de confiança interpessoal, satisfação com a vida e percentual de apoio à ordem social existente, a associação se torna consideravelmente forte. Merece ser destacado o coeficiente de regressão de 0,74, que leva Inglehart a afirmar que mais da metade da variação desta última medida pode ser explicada pelo efeito do conjunto as variáveis culturais, mesmo sendo esse impacto controlado pela variável relacionada à composição da estrutura social.

O conjunto dessa análise corrobora o argumento de que a estabilidade democrática é favorecida por um conjunto de condições econômicas, sociais e culturais. Mudanças na composição da sociedade e, principalmente nos valores e atitudes das populações, são fundamentais para formar um cenário em que a longevidade de instituições democráticas seja possível.

Neste artigo, o professor da Universidade de Michigan faz uma contribuição fundamental para a retomada do interesse pela abordagem culturalista, pois vai diretamente ao centro nervoso do debate acerca da questão da causalidade. Ainda que os dados de que dispunha não possibilitassem afirmações conclusivas e seus modelos de análise tenham sido bastante criticados nos anos posteriores⁴, suas

⁴ Uma das mais interessantes e contundentes críticas a esse artigo foi publicada por M. Seligson em 2002 na revista *Comparative Politics* (2:281-93) com o provocativo título “The renaissance of political culture or the renaissance of the ecological fallacy”.

hipóteses e testes constituem um momento muito importante na história recente dos estudos sobre cultura política.

O último trabalho selecionado como representante deste período é, na verdade, uma obra coletiva organizada e editada por Larry Diamond(1994), sob o título *Political Culture and Democracy in Developing Countries*.

Partido do princípio de que a cultura política é uma variável importante para a explicação dos processos de democratização, Diamond reuniu neste livro oito trabalhos bastante interessantes sobre o relacionamento entre valores, crenças e atitudes políticas e o estabelecimento e consolidação desta forma de governo em diferentes nações e regiões do mundo. No seu conjunto, os trabalhos contribuem para esclarecer pontos que alimentaram (e continuar a alimentar) intensos debates envolvendo a abordagem culturalista, pois tomam como objeto nações que passaram pela experiência da transição democrática no passado recente.

Essas contribuições são sintetizadas por Diamond no último capítulo que, a começar pelo título *Causes and Effects*, ataca o ponto central da polêmica acerca da capacidade explicativa da abordagem que enfatiza a cultura política. Apesar dos estudos nacionais e regionais reunidos pelo editor não possibilitarem uma análise comparativa integrada, cada um a sua maneira apresenta elementos interessantes para a discussão dos seguintes pontos fundamentais: quais as origens da cultura política e de suas mudanças? Quais os efeitos diretos da cultura política sobre a democracia? Quais os elementos da cultura política seriam mais importantes para o desenvolvimento democrático? Podemos falar de condições ou pré-condições culturais para a democracia? A cultura política seria uma variável interveniente em um complexo de causalidade? (Diamond, 1994, p. 229)

Começando por aquela que deveria ser a primeira e mais elementar pergunta, Diamond questiona a simplicidade com que alguns estudiosos do tema costumam afirmar que tais valores, crenças e atitudes são legados do passado histórico. Essa explicação vaga não poderia dar conta das origens e, sobretudo, do processo contínuo de mudança e reformulação destes padrões culturais.

Como alternativa, propõe a noção de estrutura geológica, que expressa a idéia de que esse passado comum é composto por diferentes momentos e eventos e que cada um deles acaba por incluir camadas diferenciadas na cultura

política de uma população ou grupo. As evidências empíricas para seus argumentos são extraídas dos artigos presentes no livro, que de uma maneira geral concluem que valores culturais formados em períodos históricos mais recentes são inscritos no conjunto das orientações políticas dos atores sociais sem que as anteriores tenham sido totalmente apagadas (Id.). O resultado deste processo é a construção de subculturas políticas mistas, compostas por elementos diferentes e oriundos de períodos históricos distintos.

Essa composição geológica da cultura política sofreria, de acordo com Diamond, influências de uma série de fatores. O primeiro desses seria a experiência institucional e o aprendizado político. O acréscimo constante de elementos e a persistência de outros verificados em todos os estudos que compõem o volume tiveram como importante elemento impulsionador um conjunto de experiências institucionais vivenciadas pelos atores políticos, sejam elites ou massas, em cada uma das nações ou regiões analisadas (Id., p. 231).

A segunda fonte de orientações políticas subjetivas seria os processos de socialização política que ocorrem principalmente no interior da família e das instituições escolares. Assim como na primeira geração de estudos, Diamond define a socialização infantil como o primeiro momento em que os indivíduos são apresentados a um conjunto de orientações políticas subjetivas com grande poder de permanência nos períodos posteriores de socialização adulta.

Embora a concepção explicitamente defendida pelo autor acerca da cultura política a defina como produto de forças sociais e históricas, de maneira bastante interessante e amparada nas pesquisas incluídas no volume, aponta que mudanças importantes nos valores políticos de nações ou grupos podem também ser produzidas pela ação intencional de lideranças políticas. Seja por meio de ações, doutrinas, ensinamentos ou criação de instituições, personagens relevantes em um cenário político podem alterar significativamente a cultura política dos membros de um grupo ou país.

As mudanças sociais e econômicas são apontadas como a quarta fonte de alterações. Apesar de Diamond alertar para o fato de que as pesquisas incluídas no volume não terem sido desenhadas com o objetivo de testar as teses da teoria da modernização, afirma que os seus resultados possibilitam a discussão de alguns pontos interessantes sobre a relação entre desenvolvimento

sócio-econômico e democratização política. Primeiramente, aponta que esse relacionamento não é certo e contínuo e propõe a inclusão da cultura política como variável interveniente entre os indicadores sócio-econômicos e o estabelecimento de regimes democráticos. Como verificamos na seção anterior, esse procedimento não é inovador, mas o seu emprego em análises sobre os contextos sócio-políticos dos países em desenvolvimento traz informações muito interessantes.

O impacto do desenvolvimento social e econômico sobre a democracia não é visto como algo linear e automático. O efeito tende a ser positivo apenas naqueles contextos em que ocorre a formação de uma cultura política congruente com o estabelecimento de relações e instituições pluralistas. A melhoria de indicadores como renda e escolaridade isoladamente não podem explicar o sucesso democrático, pois também ocorrem em contextos autoritários.

A última fonte destaca pelo autor é o contexto internacional, ou seja, uma cultura política poderia ser alterada através da difusão de valores e crenças entre diferentes países ou regiões. Esse processo tem sido particularmente importante em países do leste asiático, impulsionado pelo número de jovens que foram estudar em países ocidentais. Ao voltarem aos seus países de origem esses estudantes se encontram relativamente “contaminados” por elementos culturais ocidentais e contribuem para a difusão de valores e atitudes liberalizantes e pluralistas entre seus pares (Id., p. 237). Nessa difusão de valores também desempenham papel fundamental os modernos meios de comunicação, em especial por meio da rede mundial de computadores.

Após expor seus argumentos acerca das origens das orientações, defendendo a tese da mútua causalidade entre estrutura e cultura política Diamond inicia a apresentação dos efeitos dessas variáveis sobre o desenvolvimento democrático, sempre a partir das evidências recolhidas pelas pesquisas incluídas na coletânea.

Inicia seus argumentos afirmando que, apesar de sedutores, modelos de causalidade parcimoniosos monocausais são incapazes de explicar adequadamente fenômenos complexos como o estabelecimento, consolidação, aprofundamento ou derrocada de regimes democráticos. Um conjunto de

fatores operaria nestes processos e apenas um modelo multicausal que inclua variáveis institucionais, sociais, econômicas e culturais poderia contribuir para a sua elucidação. A cultura política desempenharia importante papel nesta explicação, atuando como “[...] an intervening variable [...]” (Id., p. 238).

Ainda que o autor reconheça que a cultura política não é uma condição necessária para o estabelecimento de democracias, defende que o início de qualquer regime desta natureza passa necessariamente por uma mudança nos valores, crenças e estratégias das elites estratégicas envolvidas na mudança. Esse princípio desencadeia a democratização, definida como “[...] an iterative process of constantly resonating reciprocal influences between new actions, new institutions, new social forces or configurations, new environmental constraints and opportunities, and new perceptions, beliefs, and values.” (Id., p. 239) Neste sentido, a cultura política, assim como já defendeu Almond (1989), seria tanto causa e efeito e a sua significância deve variar em razão das especificidades de cada nação, em razão de suas diferentes experiências históricas. Em alguns casos atuaria como variável independente, em outros como interveniente.

A influência da cultura política se daria de maneira diferenciada em cada um dos processos democráticos. Segundo Diamond, nos processos de emergência e transição essa influência se daria por três vias distintas. A mais comum delas ocorreria através da mudança nos valores e crenças das elites estratégicas que promovem os acordos e acertos necessários às mudanças objetivas. Tal alteração pode ocorrer pela descoberta, por parte das lideranças, de que a mudança democrática é a melhor opção em si mesma – o que raramente ocorre - ou pela percepção de que ela é necessária para alcançar outros fins, tais como a aceitação internacional ou a paz e estabilidade internas.

As duas outras vias ocorrem no nível das massas, através da alteração das orientações políticas da população ou do renascimento de valores e crenças democráticas forjadas no passado, porém adormecidas por longos períodos autoritários.

Sobre a primeira trajetória, Booth e Seligson (presente no volume), em seu estudo sobre a Nicarágua e México, indicam que a difusão de valores de tolerância e apoio às liberdades civis entre essas populações foi ingrediente

fundamental para tornar mais plausível e menos ameaçadora a transição democrática na sua história recente.

Diamond cita como exemplo da recuperação de elementos democráticos o caso de grupos de oposição no Leste Europeu que levantaram como bandeiras ideais formados nos períodos do pré-comunismo.

Nos processos de consolidação e persistência de democracias a cultura política também desempenharia um papel significativo, o que é atestado por Booth e Seligson acerca da história da democracia da Costa Rica. Neste país, uma positiva influência recíproca entre o desenvolvimento institucional e a cultura política das elites e das massas teria contribuído para a estabilidade política e para a difusão e consolidação das normas democráticas, inclusive minimizando os efeitos políticos da crise econômica e social dos anos 80 (Id., p. 241-2).

Sendo assim, Diamond conclui que, apesar de não ser pré-condição para a emergência de democracias, uma vez que essas seriam um *façer constante*, a capacidade explicativa das variáveis relacionadas à cultura política não pode ser desprezada.

Como esperamos ter esclarecido, essa obra coletiva, cujos resultados são sintetizados pelo seu organizador, levanta argumentos interessantes sobre várias questões polêmicas que têm dividido as análises políticas nas últimas décadas. Sua posição em defesa da multi-causalidade e da validade da abordagem culturalista, na medida em que estão amparadas por importantes evidências empíricas incentivam a análise da influência deste conjunto de variáveis subjetivas em contextos específicos como o brasileiro no qual a democracia, apesar de relativamente estável, tem muito a avançar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fenômenos complexos como os envolvidos nos modernos processos de democratização exigem dos pesquisadores modelos explicativos igualmente complexos que possam incorporar diferentes ordens de fatores e variáveis. Ainda que explicações parciais sejam tentadoras pela sua simplicidade, em geral não podem fornecer informações relevantes quando são efetivamente confrontadas com a realidade concreta e multifacetada das democracias existentes.

Como pretendemos demonstrar ao longo desse texto, as diferentes abordagens e perspectivas que defendem a relevância da cultura política para a adequada compreensão dos fenômenos políticos contemporâneos afirmam, com diferentes graus de contundência, que essa dimensão subjetiva não pode ser negligenciada. Ainda que em alguns processos específicos o conjunto dessas variáveis seja responsável por efeitos mínimos, em outros o seu papel é fundamental, tanto no que diz respeito à implantação, quanto à consolidação de democracias.

Por isso, novamente afirmamos a pertinência de uma perspectiva que combine em um único modelo explicativo as dimensões institucional, cultural e econômica. Como verificamos em todos os trabalhos analisados ao longo desse artigo, a cultura política parece ocupar na maioria dos casos o papel de variável interveniente entre as estruturas políticas e os condicionantes materiais de diferentes sociedades. Sendo assim, se não pode ser considerada como a causa fundamental do sucesso democrático, também não pode ser vista como irrelevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Nova York: Sage, 1989.
- ALMOND, Gabriel. "Comparative Political Systems". In: *Journal of Politics*, v.18, n.3, pp. 391-409, 1956.
- _____. "The intellectual history of the civic culture concept". In: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (orgs.) *The Civic Culture Revisited*. London: Sage, 1989.
- _____. "The study of political culture". In: _____. *A Discipline Divided: schools and sects in political science*. Nova York, Sage, 1990.
- BANFIELD, Edward C. *The moral basis of a backward society*. Nova York: The Free Press, 1958.
- BARRY, Brian. *Sociologists, Economists, and Democracy*. Chicago: Chicago University Press, 1988.

- BECKER, Gary.C. *The economic approach to human behavior*. Chicago: Chicago University Press, 1976.
- COLEMAN, James. *Foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- DIAMOND, Larry. *Political Culture and Democracy in Developing Countries*. London: Lynne Rienner, 1994.
- DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- FORMISANO, Ronald P. "The concept of political culture". In: *Journal of Interdisciplinary History*, Massachusetts, v. 31, n. 01, pp. 393-426, 2001.
- INGLEHART, Ronald. "The renaissance of political culture". In: *American Political Science Review*, v. 82, n. 4, pp. 1203-29, 1988.
- KAVANAGH, Dennis. "Political culture in Great Britain: the decline of the civic culture". In: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (orgs.) *The Civic Culture Revisited*. London: Sage, 1989.
- LANE, Ruth. "Political Culture: Residual Category or General Theory?" In: *Comparative Political Studies*, v. 25, n. 3, pp. 362-387, 1992.
- LIJPHART, Arend. "The Structure of Inference". ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (orgs.) In: *The Civic Culture Revisited*. London: Sage, 1989.
- OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 1999.
- PATEMAN, Carole. "Political culture, political structure and political change". In: *British Journal of Political Science*, v. 1, n. 3, pp. 291-305, 1971.
- _____. "The Civic Culture: a philosophic critique". In: ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney (orgs.) *The Civic Culture Revisited*. London: Sage, 1989.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- PYE, Lucian W. "Culture and Political Science: Problems in the Evaluation of the Concept of Political Culture". In: *Social Science Quarterly*, v. 53, n.2, pp. 285-296, 1972.

- PYE, Lucian. W.; VERBA, Sidney (eds.) *Political Culture and Political Development*. Delhi: Surjeet, 1989.
- RENNÓ, Lúcio. “Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes”. In: *BIB*, n. 45, pp. 71-91, Rio de Janeiro, 1998.
- SELIGSON, Mitchel. “The renaissance of political culture or the renaissance of the ecological fallacy?” In: *Comparative Politics*, v. 34, n. 3, pp. 273-292, 2002.
- WIATR, Jerzy J. “The Civic Culture from a Marxist-Sociological Perspective”. In: ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney (orgs.) *The Civic Culture Revisited*. London: Sage, 1989.